

239543

RELATIVIDADE DO ERRO CONTRA A ORTOGRAFIA NA REDAÇÃO DE VESTIBULAR

Martins Dagostim (*)

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar alguns elementos que poderão auxiliar a estabelecer critérios mais adequados para avaliar as redações de Português, em vestibular, no que diz respeito a erros acontecidos contra a ortografia.

ABSTRACT

This work intends to introduce some elements that will help to establish most suitable "criteria" to evaluate the Portuguese compositions, in "vestibular" related to mistakes against the correct writing.

1. INTRODUÇÃO

ERRARE HUMANUM EST, já diziam os latinos; você é humano, logo você erra.

O silogismo não afirma "você é passível de erro". Assim, toda atividade, praticada pelo homem, pode ou vai apresentar falha humana.

Assim, também, as atividades de Instituições de Ensino estão contaminadas por tais falhas humanas.

E isso é fácil de se verificar, caso se contraponham, por exemplo, os critérios de uma IES (Instituição de Ensino Superior) aos de outra IES, referentes à correção das redações de Português nos vestibulares, geralmente apresentam mensuramentos diferenciados, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo.

E quais os certos e quais os errados?

Parece que cada instituição procura se justificar; mas os argumentos, mais fortes ou mais fracos, são tantos e tão variáveis quantas são as cabeças. (Quot capita tot sensus).

Uns são demonstrados com mais objetividade e praticidade. Outros deixam perceber o instilamento instável dos interesses circunstanciais do momento.

É evidente que as IES buscam acertar, baseando-se em princípios que lhes são próprios, embora nem todos venham a se aproximar da perfeição desejada, dando, às vezes, margem a severas críticas, sobretudo contra os critérios, adotados para a avaliação, com sintomas de parcialidade, circunstancialidade, contagiados pela subjetividade.

E ninguém descarta a hipótese de tal ocorrer. Contudo, geralmente, os critérios são traçados não por aventureiro-corregedor de vestibulares, mas sim por equipe responsável, abalizada e calejada pela experiência de profissionais e educadores, adquirida nos serviços de concurso de vestibular, que parece ser, atualmente, destinado mais a evitar o ingresso, nas IES, dos totalmente não preparados a, realmente, selecionar os melhores entre os regularmente preparados.

Errare humanum est: **o erro é uma faculdade pertinente à natureza do homem.**

E, no exercício do vestibular, tanto pode errar o vestibulando que faz a redação, quanto o professor que a corrige. Com uma diferença: alguém terá que redigir para que alguém corrija.

Mas, se o primeiro não cometesse erros (o que é pouco provável), o segundo não teria, a princípio, o que corrigir; e mesmo assim não se eliminaria a possibilidade de erro na avaliação (o que seria menos provável), pois **é impossível ao "animal racional" viver sem errar, justamente por ele ser racional.**

E, embora paradoxal, o erro parece ser necessário, pois sua finalidade primeira (se é assim que se pode dizer) seria atuar como "termômetro" indicativo de que o certo não está acontecendo "ali", devendo-se procurá-lo em outra parte ou por outro caminho. Além do mais, **o erro do momento pode ser o certo de outro momento**, pois está sujeito a agentes e a situações que interferem no trajeto de uma ação até sua culminância como ERRO ou como ACERTO.

(*) Martins Dagostim. Mestre em Letras na Área de Concentração em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Professor do 3º e 2º grau de Redação de Documentos, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

2. ERRO

A sociedade humana sempre tem buscado estabelecer conceitos (discutíveis ou não) para poder orientar-se em suas diferentes atividades e para poder ajuizar as práticas de seus integrantes.

A princípio, os conceitos, talvez, estariam baseados na dicotomia simplista do necessário e não necessário, em que o necessário seria o bom e o visto como certo, e o não necessário seria o nocivo e tido como erro.

Contudo, definir o que seja erro, estabelecendo critérios para orientar o ajuizamento de fatos, é tarefa por demais difícil, em virtude de sua relatividade, condicionado a tempo, circunstâncias, a quem o avalia e sob que prisma é avaliado.

Muitas vezes, comete-se um erro porque se tem a "impressão" de que não há erro, ou, ainda, comete-se um erro por se ter a "impressão" de que é erro (o erro subjetivo).

Veja-se:

— Quem mata estaria incorrendo em erro?

Baseando-se na norma penal, a priori sim: é crime.

E se for para defender a própria integridade física e moral?

E na guerra, matar (homicídio legal?) é visto como ação legítima, necessária, a fim de defender a soberania nacional e proteger a sociedade e a família?

O que seria erro?

Quando se configura o erro?

Como conceituar o erro?

Seriam ações, atos, atitudes que vão de encontro às normas ditadas pelo homem?

E as ditadas pela mãe-natureza, muitas vezes desrespeitadas pelo homem?

Ou seria uma variável que, podendo estar na posição de erro ou de acerto, dependeria apenas da "ótica" do mais "forte", no momento de sua ocorrência ou consecução?

Para a sociedade do "momento", Galileu errou quando disse que a Terra não era o centro do sistema solar. Foi uma heresia.

Parece que, **para cada situação, erro tem conceito próprio.**

O erro jurídico, necessariamente, não há de ser o erro religioso ou moral.

E, numa redação, o que seria erro contra a ortografia?

No verbete ERRO, do Novo Aurélio, os sinônimos apresentados são: 1. "Ato ou efeito de errar" (o que não parece significar muito); 2. "juízo falso, desacerto, engano"; 3. "incorreção, inexatidão"; 4. "desvio do bom caminho, desregramento". Nenhum dos conceitos apresenta afinidade semântica com "erro contra a ortografia", salvo o significado abrangente de "incorreção".

Poder-se-ia conceituar erro contra a ortografia como "qualquer desobediência à norma culta no ato de escrever"?

A princípio, sim. Há normas gramaticais

e qualquer desrespeito a elas é considerado erro.

No entanto, como a linguagem é instrumento e não o fim em si, deve-se considerar sempre o objetivo para o qual contribui.

A troca da letra "a" pela letra "e", no oftalmologista, corresponde a erro, permitindo diagnosticar a deficiência visual.

Já, numa redação, substituir a letra "a" pela letra "e" nem sempre representa erro contra a ortografia. Veja-se: o vocábulo "grafita" pode ser escrito sob a forma variante de "grafite". Caso se considerar uma delas como errada, o erro será subjetivo e não erro de fato. E no caso de se escrever "mola" em lugar de "mole", a situação é diferente, pois ocorre par mínimo: a troca do /a/ por /e/ é significativa, implicando significados diferentes.

2.1. Erro contra a Ortografia

É necessário esclarecer, inicialmente, que a locução "erro de ortografia" apresenta impropriedade.

O vocábulo **ortografia** contém dois morfemas (radicais):

— ORTO significando correto, e

— GRAFIA significando escrita.

Literalmente, **erro de ortografia viria a ser erro de escrita correta**, o que é absurdo; salvo se o prepositivo **de** fosse tomado como sinônimo do prepositivo **contra**, o que parece não ser verdadeiro.

Tem-se que considerar que **a ortografia supõe a distinção de formas corretas e formas incorretas na linguagem escrita**, enquanto a grafia dispensa essa oposição, pois não implica a referência a uma norma gramatical. (Dicionário de Linguística, p. 446).

No tocante à suposição, os gramáticos preferem se omitir a dar uma explicação, pois parece ser suficiente a normatização da linguagem escrita, correta; a preocupação que possuem é apresentar a norma culta, buscando zelar pela unidade de linguagem nacional, além de ser, didaticamente, contraproducente representar o erro ao usuário da linguagem.

E, se ortografia significa "escrita correta", por extensão não abrangeria apenas o que os gramáticos conceituam por ortografia, mas sim todo o processo da concretização do pensamento pela linguagem escrita, portanto também a morfologia e a sintaxe.

Domingos Paschoal Cegalla, quando trata da Ortografia, define-a como "a parte da Gramática que trata do emprego correto das letras e dos sinais gráficos, na língua escrita".

No que diz respeito às "letras", parece não haver equívoco, pois englobam todos os grafemas do alfabeto. Mas, no que tange à expressão "sinais gráficos", parece que a locução é imprópria. Haveria que considerar, segundo o gramático, que "si-

nais gráficos" são **letras, sinais diacríticos e sinais de pontuação**.

O conceito apresenta repetição da idéia **letras**, pois também são sinais gráficos; **Sinais diacríticos são sinais gráficos auxiliares**, denominados, também, notações léxicas; já a **pontuação gráfica** (pois existe a oral) abrangeria todos os sinais gráficos auxiliares da sintaxe (para a estruturação do período) e da semântica.

Além do mais, Cegalla torna-se contraditório ao dar a triplíce finalidade dos sinais de pontuação (Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, p. 62).

Celso Cunha não relaciona os sinais de pontuação entre as notações léxicas e nem como parte da ortografia. Entende ele que notações léxicas são sinais auxiliares destinados a indicar a pronúncia da palavra e que a pontuação gráfica serve para marcar pausas e/ou entonação.

E, quando se diz "indicar a pronúncia da palavra", caberia a pergunta:

— Alguns sinais gráficos teriam como primeira função indicar a pronúncia do vocábulo?

A **escrita é um código não sonoro**, em oposição à fala, que é sonoro.

E poderia dispensar sinais gráficos, cujo único objetivo seria assinalar pronúncia?

E, se assim for, parece que, dentre os sinais gráficos, os de acentuação representam uma "teimosia" prosódica. Assim como o acento gráfico circunflexo diferencial das homônimas homógrafas foi abolido sem deixar saudades, parece ser este o destino de toda a acentuação gráfica da Língua Portuguesa.

Logo, até que ponto a não observância da norma culta, em acentuação gráfica, representa erro contra a ortografia? E como tal, deve ser considerado, para efeito de avaliação?

Ou mesmo, até que ponto a troca de um /s/ por /z/ ou de /a/ por /e/ é significativa, devendo, portanto, ser considerada para efeito de reduzir o valor quantitativo de uma redação de vestibular?

3. REDAÇÃO NO VESTIBULAR

3.1. Importância da Linguagem Escrita

A necessidade de concretizar idéias através da linguagem escrita sempre esteve presente na história do homem.

Quase todas as civilizações, de que se tem conhecimento, procuraram deixar para os pósteros o que foram e o que fizeram, valendo-se para isso do registro pela escrita, dentre cujas características estão a perenidade, comunicação a distância, maior número de receptores e menor risco de "deterioração" que quando feito pela oralidade.

Esta mesma necessidade, e mais intensamente, continua a se fazer presente ao homem moderno.

Basta, a título de exemplo, lembrar as placas deixadas pelos astronautas, no solo lunar ou a bordo das sondas Voyager e Pioneer, nas quais constam gravadas informações, consideradas, pelo homem, significativas para um primeiro possível contato com extraterrestres e para a posteridade no cosmos.

E, por ser a linguagem escrita um instrumento mais eficaz de perpetuação do pensamento humano e suas realizações, há, modernamente, maior preocupação no sentido de que todos os elementos da sociedade saibam manipulá-lo, o que, no passado, era privilégio de pequenos grupos, como é o caso dos sacerdotes e escribas egípcios.

Essa preocupação transparece sobretudo no período escolar, em que **falar e escrever**, obedecendo à norma padrão (questionando-se seu valor ideal em detrimento das variantes lingüísticas), são as atividades fundamentais da comunicação, interdependentes no processo da aprendizagem, mas cada qual cumprindo a sua função.

E, dentro das subfunções da linguagem escrita, uma que não é a principal no contexto geral, contudo importante no momento do vestibular, é verificar se o vestibulando é capaz de registrar, atendendo o mínimo da boa comunicação (linguagem correta, argumentação e coesão), o seu pensamento a respeito de um tema que lhe é proposto, a fim de comprovar se está apto para acompanhar as atividades e comportamentos durante o curso na escola de 3º grau e poder preparar-se adequadamente para, com desempenho e competência, executar o seu papel na sociedade.

Claro é que não é apenas a redação o parâmetro para aquilatar qualidade e quantidade; mas parece que, como instrumento de base, é ímpar. Fora da redação como um fim didático, todas as áreas de ensino e todas as atividades humanas se valem do ato de redigir (devido à transitoriedade do que a memória obtém), devido ao maior alcance em espaço, tempo e poder atingir maior número de receptores.

3.2. Amostragem

A fim de propiciar dados para fundamentar este trabalho, apresentar-se-á texto acontecido em vestibular (não identificando a autoria por razões éticas, é claro).

Antes disso, porém, afirme-se que a falta de seriedade no e, também, do ensino deste País, levou os legisladores (não se sabe se pela, com a ou para a política), a estabelecerem normas para o vestibular, enfatizando a importância da redação e estabelecendo que ao vestibulando, que não apresentar rendimento mínimo, seja vedado o ingresso à universidade.

Até que ponto a legislação é válida e eficaz, isso pode ser questionado.

Todos têm direito a cursar um faculdade, mas desde que apresentem condições mínimas, porque, de ignorância diplomada, a sociedade brasileira já está inflacionada.

Outra observação, embora fora do propósito do trabalho, é a cautela com que as comissões de vestibulares devem se revestir quando propõem o tema para a redação. A princípio deveria versar sobre assunto atualizado e estar ao alcance, senão da totalidade, de percentual elevado dos candidatos, salvo em casos específicos; além disso o candidato deve ser esclarecido sobre as "regras do jogo" para efeito da avaliação.

A título de amostra, veja-se o que resultou de uma das propostas acontecidas em vestibular: O GUARDA DE TRÂNSITO. Um dos candidatos escreveu o seguinte texto, cujo limite imposto era de 12 a 15 linhas:

"O guarda de trânsito cuida do trânsito. Ele fica apitando o dia inteiro priii priii priii priii ..."

E preencheu as doze linhas pedidas com "priii".

Haveria possibilidade de, por esse texto, avaliar as condições do candidato quanto à sua capacidade de redigir um bom texto, com linguagem correta (ortografia, pontuação, estruturação de períodos...), demonstrando argumentação e apresentando coesão?

Que há criatividade, não se pode negar. Mas não é o principal, ou pelo menos o necessário para a situação.

Segue outra redação que servirá de cópias para analisar o problema de avaliação **considerando o erro significativo e o não significativo contra a ortografia.**

Em certo vestibular, após a apresentação de pequeno texto-incentivo, inserido na folha de redação do candidato, sobre a destruição do meio ambiente, foi proposto como título "O HOMEM — O GRANDE PREDADOR".

Um candidato redigiu "ipsis litteris, ipsis verbis":

"Eziste muitos homen que São Predador mais de 30 mil dos Homens São Predizado pela nossa nação no Senai e Sesque Eziste Curso de Predador onde o candidato Sai como ser grande Predador.

No Brasil e no mundo inteiro podemos afirmar que aquele quem Exerce a função Como predador São os professores e os instrutores.

O Homem o grande Predador São também aqueles que faz Poesia no Brasil e no mundo Egiste mais de 50%. São os grande predador todos nos Sabemo que São o grande Predador? São chamado de intrução na fabrica no colégio e tb podemos Chama os grande intrutor.

Cem eles nada ia bem no brasil não egistia egistira o Homens os grandes Predadores no Brasil."

Cabe, aqui, uma pergunta:

— Como é que esse "sujeito" conseguiu "driblar" o primeiro e segundo graus, para apresentar-se às portas da faculdade? Ou será que "grandes predadores" (segundo o autor da redação) o promoveram?

3.3. Incidência dos erros contra a ortografia e sua tipicidade

A cada vestibular, um "prato cheio" para os veículos da comunicação social é apresentar o rol de erros que é tristemente repetitivo, além de parecer clamante à classe culta e também gritante aos olhos do povo em geral.

Imagine-se o efeito moral-lingüístico momentâneo de palavras "horriavelmente" erradas, como sequiço (sexo), pecimo (péssimo), pesso (peço), cendo (sendo), cer (ser), esajero (exagero), soçego (sossego), prosimo (próximo), egistir (existir), podemo (podemos), cem (sem), intrução (instrução), tamben (tambem),...

Seriam, na realidade, motivo de vergonha para o ensino brasileiro e para o candidato, erros dessa natureza?

É óbvio que a frequência denuncia falha contundente no processo básico de alfabetização, além de, no caso da redação transcrita, refletirem-se falhas de estrutura peioral, de paragrafação e de idéias.

A existência, porém, de erros, num texto, como os relacionados acima, implicariam dificuldade de entendimento?

O vocábulo, por exemplo, "pecimo", dentro de um contexto, poderia ter outro valor semântico que não fosse **muito ruim** (superlativo absoluto de ruim)?

A princípio volta-se a lembrar que a linguagem escrita é um meio e não um fim em si.

A idéia se realiza pela linguagem oral e escrita e estas não representam a essencialidade no processo da comunicação.

É óbvio que, se o meio for inadequado, a idéia será "prejudicada" ou deixará de acontecer.

E embora não seja o essencial, a linguagem escrita exerce papel fundamental, devendo obedecer a padrões mínimos para que o bom desempenho resguarde a concretização fiel do pensamento, apesar de sempre ser "prejudicado", pois a linguagem escrita é material enquanto o pensamento é abstração.

E dentre os padrões mínimos, o primeiro (e o mais importante) a considerar, para melhor avaliação de qualquer texto, é o princípio da **inteligibilidade que extrapola à norma culta**, pois, em realizações, fora dela, também ele deve acontecer. Contudo, é bom lembrar que o registro pela norma padrão parece ser o melhor meio de se manter a unidade lingüística, representando resistência às mudanças lingüísticas para todos os segmentos da sociedade, pois é através dela que se abrem as portas para o chamado "status" social desejado e visto

como uma necessidade para se integrar à sociedade e ter êxito.

Observe-se que em "Eziste muitos homemen...", a mensagem é perfeitamente inteligível.

O período, porém, como está escrito na redação, é agramatical:

1 — na grafia:

a) em "Eziste", o fonema /z/ está realizado pelo grafema [z] quando deveria ser [x];

b) em "homen", o fonema indicativo de nasal está realizado pelo grafema [n] quando deveria ser [m];

2 — na sintaxe:

a) em "Eziste muitos ..." há ausência do morfema indicativo de plural 3ª pessoa;

b) em "... muitos homemen ...", o morfema indicativo de plural dos nomes terminados em — em também não foi registrado.

Caberia, então, verificar qual o grau de "prejuízo" que representou a agramaticalidade.

Parece que "dentro de um contexto, e só dentro dele, é possível estabelecer até que ponto um erro contra a ortografia é signifi-

cativo ou não, trazendo prejuízo ou não à compreensão".

Toda falha de idéia — como incoerência, ambigüidade, argumentação deficiente ou mesmo ausência dela, falta de coesão — gera problemas de inteligibilidade, impedindo ou dificultando a comunicação. Mas nem toda agramaticalidade perturba ou impede a comunicação.

Há, ainda, que considerar a agramaticalidade que, embora não impeça a comunicação, sofre a censura social por se configurar como erro ridículo. E essa intuição lingüística social deve ser respeitada para manter a harmonia no comportamento do grupo, pois a linguagem mal adequada pode gerar conflitos internos e externos ao indivíduo.

Na redação "O Homem — o Grande Predador", no que diz respeito aos erros contra a ortografia, foi possível obter-se a seguinte classificação:

- a) significativos: contra a inteligibilidade,
- b) censura social: erro ridículo, e
- c) não significativos: erro parcial.

Erro SIGNIFICATIVO	Censura Social	Erro NÃO SIGNIFICATIVO	
CONTRA A INTELIGIBILIDADE	RIDÍCULO	PARCIAL	
predizado (aprendizado ou preparado ou . . .)	Eziste	São	(s minúsculo)
egistira (tinha existido ou haverá de existir?)	homen	Predizado	(p minúsculo)
fabrica (fábrica)	Sesque	Predador	(p minúsculo)
nos (nós)	podemo	Homens	(h minúsculo)
Cem (Sem)	tamben	Sai	(s minúsculo)
	Egiste	Exerce	(e minúsculo)
	Sabemo	Como	(c minúsculo)
	intrução	Sabemo	(s minúsculo)
	Chama	tb	(abreviatura de também)
	intrutor	Chama	(c minúsculo)
	brasil		

4. CONCLUSÃO

De início ter-se-ia que considerar que os erros significativos sempre deverão sofrer "peso" maior que os não significativos; e nestes relevar-se-iam os de maior incidência, frutos da falha no processo de alfabetização.

Tomando-se em conta isso, ter-se-ia, então:

Se no texto há agramaticalidades, é evidente a ocorrência de erros. Neste caso, devem-se considerar as seguintes situações para poder avaliá-los quanto à ortografia:

a) quando, **em par mínimo e prejudicar a inteligibilidade**, portanto representar erro significativo, deve ser considerado erro grave;

b) 1 — quando **ridículo e prejudicar a inteligibilidade**, considerar erro grave;

2 — quando **ridículo e não prejudicar a inteligibilidade**, considerar erro;

c) quando **não significativo**, considerar apenas simples erro.

É evidente que esse critério não é absoluto para efeito da avaliação, em virtude das situações que podem advir e alterar o conceito de erro; mas pode, para o momento,

servir como ponto de partida para melhor delimitar a sua "qualidade", auxiliando a aplicação de um valor quantitativo, porque o conceito de erro sempre é relativo, seja no momento da correção de qualquer texto bem como no da correção das redações de vestibular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACK, Eurico & MATTOS, Geraldo. Gramática Construtural da Língua Portuguesa. 1. ed. São Paulo, F.T.D., 1972.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 28. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1985.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da Língua Portuguesa. 10. ed. Rio de Janeiro, FAE, 1984.
- DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de Lingüística. Trad. T. Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1973.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1. ed. 15 imp. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.